

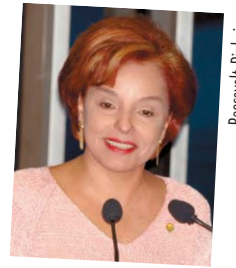


Eduardo espera anúncio da recriação da Sudene em Palmas

Página 8

Tensão social “já entrou no radar dos investidores”, afirma Iris de Araújo

Página 7



JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.751 - Brasília, quinta-feira, 31 de julho de 2003

Avançam investigações sobre evasão de divisas

1 Perito descreve esquema com doleiros paraguaios

2 Procurador sugere cruzar dados com a Receita

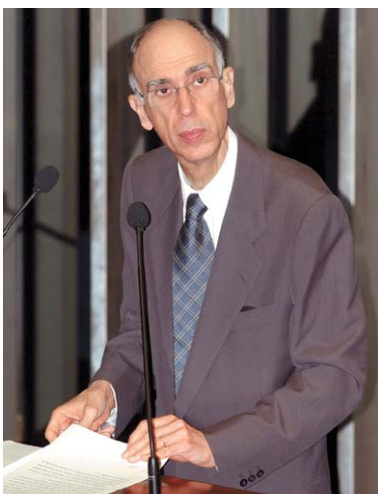
3 Bornhausen apresenta documentos e refuta acusação



AUDIÊNCIA Entre Antero e o perito Renato Barbosa, Luiz Francisco (de pé) depõe na CPI. Bornhausen (foto à direita) acusa procurador de ignorar certidões oficiais que o inocentam



Páginas 4 a 6



Marco Maciel: microempresa deve ter acesso a tecnologia

Informações de conteúdo científico e tecnológico garantem a melhoria da qualidade de empresas e produtos de exportação, afirma senador.

Página 3



Sindicatos querem opinar sobre lei trabalhista

No exercício da Presidência do Senado, Paulo Paim recebeu presidente da CNTI e representantes sindicais. Eles pediram que a instituição seja ouvida sobre mudanças na legislação.

Página 6

Congresso faz seminário sobre universidades

Promovido pelas Comissões de Educação do Senado e da Câmara e pelo Ministério da Educação, será realizado, nos dias 6 e 7 de agosto, no Auditório Petrônio Portella, o seminário "Universidade: Por que e como reformar?". Participarão do evento os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, João Paulo Cunha, além dos ministros da Educação, Cristovam Buarque; da Casa Civil, José Dirceu; e da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral.

No programa, constam palestras, debates e conferências. O ministro Cristovam Buarque vai falar sobre "A universidade na encruzilhada", às 10h da próxima quarta-feira. À tarde, uma mesa-redonda discute a autonomia das universidades, com a participação de professores e representantes da União Nacional dos Estudantes (UNE), da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), entre outras entidades.

À noite, às 19h, o senador Osmar Dias (PDT-PR) será moderador do debate "Universidade e desenvolvimento: globalização excludente e projeto nacional", com a participação, entre outros, dos presidentes do BNDES e da Eletrobrás, Carlos Lessa e Luiz Pinguelli Rosa.

Na quinta, os debates previstos no programa do seminário são "Universidade e valores republicanos" e "Universidade XXI, resgate do futuro, estrutura e ordenação do sistema: a tensão entre o público e o privado".

Informações: www.mec.gov.br, www.camara.gov.br ou (XX61) 410-9243 e 410-9194.

Fátima pede a Lula por nigeriana condenada

■ Senadora solicita que presidente dê seu aval à campanha mundial em defesa de mulher condenada à morte

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) pediu ontem ao presidente Lula da Silva que se engaje na campanha da Anistia Internacional Espanhola, que está recolhendo assinaturas para tentar reverter a decisão da Suprema Corte da Nigéria de condenar Amina Lawal à pena de morte, por adultério. Segundo as leis da-



VIOLAÇÃO Fátima Cleide afirma que condenação de Amina agride todos os seres humanos

quele país, a nigeriana será enterrada até o pescoço e apedrejada até a morte no dia 26 de agosto. Fátima Cleide pediu

também que o presidente proteste contra a condenação junto às autoridades nigerianas.

– Como é possível apedrejar mulheres até a morte por serem infiéis? Essa decisão agride todas as convenções sobre direitos humanos e deliberações acerca dos direitos das mulheres – afirmou a senadora.

Fátima também comentou a decisão do tribunal da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que, acatando ação do diplomata brasileiro José Maurício Bustani, considerou ilegal seu afastamento da direção da Organização para a Proscrição de Armas Químicas (Opaq).



TEMAS Para senadora, comissão deve assumir vanguarda nas grandes discussões sociais

Lúcia Vânia quer CAS no centro dos debates

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado deve assumir, a partir do segundo semestre, novo papel: o de centro de debates de políticas sociais e instrumento de avaliação de seus impactos na sociedade. A proposta é da presidente da CAS, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que pretende aprofundar as discussões dos grandes temas e oferecer aos senadores maiores subsídios para a votação dos projetos.

– Temos o compromisso de ampliar a interlocução com a sociedade para decidir realmente em benefício da maioria da população – disse a parlamentar.

Lúcia Vânia observou que, nos últimos meses, vêm crescendo as preocupações com o desemprego, os conflitos no campo e na cidade e com as reformas tributária e da Previdência, assuntos que têm estado no centro dos debates nacionais. Ela ressaltou que as decisões tomadas agora a esse respeito "influirão no rumo do país por bastante tempo".

Gestão

Com o apoio das outras comissões e do corpo técnico da Comissão de Assuntos Sociais, a senadora Lúcia Vânia está implantando um sistema de gerenciamento que permitirá aos senadores conhecer e estudar melhor os projetos que chegam ao colegiado. O sistema agrupa e distribui os projetos por áreas, faz resumo de cada um e gera estatísticas por assuntos.

O novo sistema será apresentado aos integrantes da CAS logo no início de agosto.

Além disso, a comissão, que pode recorrer aos 32 consultores legislativos da área social, contará com a contribuição adicional de entidades e especialistas em políticas sociais convidadas.

Agenda



Ano Nascimento

Paim se reúne com ministro Rosseto

O presidente em exercício do Senado, Paulo Paim (PT-RS), reúne-se, às 13h, com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto (foto). Às 16h30, Paim recebe a deputada federal Maninha (PT-DF), para tratar do Estatuto do Idoso, de autoria do senador e atualmente em tramitação na Câmara.

Plenário inicia atividades às 14h30

Tem início às 14h30 a sessão de hoje, somente para comunicados da Mesa e discursos de parlamentares. O leitor pode acompanhar toda a sessão ao vivo por meio da TV ou da Rádio Senado.



Reforma do Judiciário em debate na TV Senado

A reforma do Judiciário é tema do programa *Debate Brasil*, em exibição pela TV Senado hoje, às 10h. Mediado pela jornalista Marilena Chiarelli, o programa

tem participação de Ney Bello, vice-presidente da Associação dos Juizes Federais; Fernando Tourinho Neto, juiz do TRF-DF; Reginaldo de Castro, ex-presi-

dente da Ordem dos Advogados de Brasília; e Sérgio Renault, secretário da Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



CONCESSÕES Israel admite até dividir a administração de Jerusalém, segundo Suassuna

Suassuna diz que Israel busca a paz

Ao fazer um relato ontem da visita que fez a Israel na companhia do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e de representantes de outros 26 países da América Latina para conhecer as tentativas de paz entre palestinos e judeus, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse acreditar que os israelenses estão dispostos a pagar um preço alto pelo fim da guerra. Ele afirmou que o próprio líder do Partido Trabalhista, Shimon Peres, informou que Israel pensa até em concordar em dividir Jerusalém, para que a cidade se torne a capital das nações dos dois povos.

– Em Israel existe maior facilidade para o processo de paz, já que há só uma força armada. Entre os palestinos é diferente. O primeiro-ministro Mahmoud Abbas manda em 40% do Exército. Já o presidente da Autoridade Nacional Palestina, Yasser Arafat, manda em 60%. E ainda existem dois ou três movimentos guerrilheiros, o que dificulta as negociações – analisou Ney Suassuna.

O senador pela Paraíba destacou que a guerra tem reflexos no mundo inteiro, inclusive no preço do petróleo. Suassuna falou sobre o avanço tecnológico que viu em Israel. O país, menor que Sergipe, dispõe de apenas oito universidades, mas alcança uma produção científica maior que a brasileira, disse Suassuna.

Maciel defende acesso das micros à tecnologia

■ Senador lembra que as pequenas empresas respondem por 70% dos empregos e 21% da produção no país

O senador Marco Maciel (PFL-PE) defendeu ontem, em discurso, que as microempresas do país tenham acesso às informações de conteúdo científico e tecnológico, a seu ver um dos caminhos para melhorar a qualidade de nossas empresas e dos produtos de exportação do país. Ele lembrou que as microempresas geram 70% dos empregos brasileiros e são responsáveis por 21% de tudo que é produzido no país.

Depois de assinalar que os investimentos brasileiros em ciência e tecnologia subiram de 0,9% para 1,4% do Produto Interno Bruto (PIB) nos oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso, Marco Maciel disse



INVESTIMENTOS Maciel prega a descentralização dos gastos em pesquisas científicas no Brasil

que ainda há muito o que fazer para aproximar a pesquisa universitária da economia de mercado. Para começar, ponderou, será necessária uma descentralização geográfica dos gastos em pesquisas, porque, hoje, a Região Sudeste fica com 71,4% dos recursos, seguida do Sul (14,3%), do Nordeste (10%), do

Centro-Oeste (2,3%) e do Norte (1,9%).

Além disso, o governo deve perseguir o aumento do conteúdo científico-tecnológico dos produtos nacionais exportados. Ele sugeriu também uma articulação mais eficaz entre as empresas, fundações de amparo à pesquisa, laboratórios universitários, sistema Sebrae e Finep, empresa do governo que financia estudos e projetos.

– A isso tudo se soma a manutenção da prioridade governamental à educação. Paralelamente, deve-se modernizar e democratizar o ensino técnico de nível médio e aumentar a porcentagem de universitários brasileiro matriculados, principalmente, em cursos de matemática, ciências físicas e biológicas e engenharia – recomendou Marco Maciel.

Em aparte, José Jorge (PFL-PE) disse que há falta de professores de química, biologia e química para o ensino médio.



FORÇA José Jorge afirma que Brasil é o maior produtor de cana, álcool e açúcar do mundo

José Jorge quer estimular setor sucroalcooleiro

Em pronunciamento ontem, o senador José Jorge (PFL-PE) propôs a elaboração, pelo governo federal, de uma política estratégica para o setor sucroalcooleiro. Ele ressaltou que a atividade é importante geradora de empregos e alternativa para a matriz energética, além de ser ambientalmente sustentável e de criar divisas para o país.

O representante pernambucano defendeu uma série de medidas para o setor. Pediu a abertura de novos mercados de exportação de álcool carburante; quebra de barreiras protecionistas para o açúcar brasileiro (em especial na Europa e EUA); mais investimentos na co-geração de energia a partir da biomassa da cana-de-açúcar; pagamento de subsídio de equalização aos estados que têm baixa produtividade, principalmente os das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; apoio ao crescimento do mercado interno de veículos a álcool e com motores flexíveis; e implantação de programa de biocombustíveis, com a mistura do álcool no óleo diesel, como já ocorre na gasolina.

O Brasil é hoje o maior produtor de cana-de-açúcar (290 milhões de toneladas por ano), álcool (12,6 bilhões de litros) e açúcar (20,2 milhões de toneladas). O setor, também informou José Jorge, gera 1 milhão de empregos no Brasil.

Serys reivindica maior apoio ao Programa Antártico Brasileiro

Ao registrar que esteve na Antártica, na companhia do senador Demostenes Torres (PFL-GO) e de outras autoridades, entre os dias 13 e 18 de julho, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) propôs maior apoio ao Programa Antártico Brasileiro, que realiza pesquisas científicas sobre os fenômenos da região que repercutem globalmente, inclusive em território nacional.

Serys informou que o continente antártico é rico em recursos naturais, como minérios, metais preciosos e, possivelmente, até petróleo. Ela salientou que, devido à pretensão territorial de alguns países e à limitação imposta pelo Tratado



ESTAÇÃO Serys lembra que país marca presença constante no continente desde 1986

Antártico, está proibida toda e qualquer atividade comercial, industrial, extrativista e militar no continente. Apenas em 2041 haverá uma revisão desse tratado.

Em 1975, segundo a senado-

ra por Mato Grosso, o Brasil aderiu ao Tratado Antártico, e em 1983 obteve a posição de membro consultivo, passando a influir no destino do continente. O Programa Antártico Brasileiro foi aprovado em 1982, e, logo em seguida, o país realizou sua primeira expedição antártica.

– A Estação Comandante Ferraz foi inaugurada em 6 de fevereiro de 1984 na Ilha Rei George, a noroeste da Península Antártica, e, até 1986, foi atuada apenas nos verões. Desde então, permanece continuamente em uso, para assegurar nossa participação no futuro geopolítico do continente – afirmou Serys Slhessarenko.

Malta pede apoio do governo aos brasileiros no exterior

O Senado deve trabalhar por melhores condições de sobrevivência para os brasileiros que vivem e trabalham no exterior. O apelo foi feito ontem pelo senador Magno Malta (PL-ES), que apresentou requerimento para a criação da Subcomissão de Direitos Humanos, que funcionaria no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O novo colegiado

trataria, entre outros assuntos, das condições de vida dos que residem no exterior.

O senador manifestou especial preocupação com os que estão nos Estados Unidos, vítimas, segundo ele, de abandono pelas autoridades consulares.

Entre as dificuldades que eles enfrentam, conforme Magno Malta, está a falta de assistência prestada

até para registrar filhos nascidos nos EUA.

Magno Malta lamentou a quantidade de brasileiros detidos pela Justiça norte-americana como imigrantes ilegais. Ele disse que a intenção do governo dos Estados Unidos é repatriá-los sumariamente, com o que o presidente Luís Inácio Lula da Silva não concorda.

– Que pelo menos sejam tratados

como brasileiros. São mão-de-obra barata para os americanos. São brasileiros que estão do outro lado do mundo e precisam de assistência – afirmou o senador Magno Malta, chamando atenção para o montante de recursos que os brasileiros no exterior enviam anualmente para suas famílias (cerca de R\$ 5 bilhões), irrigando a economia nacional.



CPI DO BANESTADO Renato Barbosa, da Polícia Federal, detalha como funcionava esquema de evasão de divisas montado a partir de agências bancárias de Foz do Iguaçu

Doleiro paraguaio emprestava nome para contas CC-5, diz perito

O esquema de evasão de divisas montado em Foz do Iguaçu depois que o Banco Central concedeu autorização especial para que cinco bancos recebessem depósitos em espécie acima de R\$ 10 mil pelas contas de não-residentes, chamadas CC-5, foi detalhado pelo perito da Polícia Federal Renato Barbosa aos integrantes da CPI do Banestado. A constatação mais grave, disse, é que o titular paraguaio da CC-5 não realizava nenhuma ordem de saque do dinheiro depositado na conta.

– O doleiro paraguaio apenas emprestava o nome para abertura da conta CC-5 nas agências dos cinco bancos em Foz do Iguaçu – relatou Barbosa. Ele deixou claro que esse titular não tinha a menor ingerência na

movimentação da conta. “Era só uma prestação de favores ao doleiro brasileiro, em que a CC-5 funcionava como uma ‘barriga de aluguel’.”

Essa interação entre doleiros dos dois países pôde ser identificada pela Polícia Federal após quebra do sigilo telefônico dos brasileiros suspeitos de integrarem o esquema de evasão. Barbosa contou que foram verificadas diversas ligações deles para doleiros paraguaios e para a agência do Banestado em Nova York. As investigações mostraram que as sedes dessas casas de câmbio no Paraguai, que respondiam por depósitos de até US\$ 300 milhões em contas CC-5 no Brasil, funcionavam em instalações precárias que não correspondiam ao porte da

sua movimentação bancária.

“Laranjas”

Em resposta ao deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG), o perito explicou que havia 25 contas CC-5 de casas de câmbio e de instituições financeiras paraguaias abertas nas agências dos cinco bancos em Foz do Iguaçu. Essas contas recebiam depósitos de “laranjas”, parte deles em espécie, de várias praças do país e de vários bancos, mostrando, disse, que o dinheiro fluía para aquela fronteira brasileira para depois ser remetido ao exterior.

Os “laranjas” ouvidos pela PF não tinham a menor noção do que era movimentado em suas contas. Segundo Barbosa, os “laranjas” recebiam de R\$ 300 a R\$ 1 mil para fornecer os documentos exigidos na abertura de

contas e assinar cheques. Isso permitia que, ao final do dia, houvesse um cheque do “laranja”, explicou, e o valor depositado fosse sacado.

– Era um cheque nominal a um *office-boy* do doleiro brasileiro, que sacava o dinheiro em espécie para quebrar a cadeia, já que assim se perde o rastro do dinheiro.

Em seguida os reais eram colocados em carros-fortes que atravessavam a Ponte da Amizade, que liga Foz do Iguaçu a Ciudad del Este, para chegar às casas de câmbio e instituições financeiras paraguaias. Essas faziam os depósitos nas suas contas CC-5, nas agências dos cinco bancos brasileiros em Foz do Iguaçu, que eram remetidos posteriormente a Nova York.

Operações se sofisticaram a partir de 1996

O esquema “hierarquizado e com filiais” de remessas ilegais teve de se sofisticar depois que o Banco Central proibiu, pela Circular nº 2.677 de 1996, que as casas de câmbio realizassem operações em moeda estrangeira. Algumas casas transformaram-se em bancos. Foi o que aconteceu com o Banco Integración, no Paraguai, que operava contas CC-5 no Banco Araucária e realizava remessas ao Banestado em Nova York, exemplificou o perito da Polícia Federal Renato Barbosa.

– O Banco Araucária comprava reais do Paraguai e precisava entregar dólares. Só que, nessa operação, o dinheiro nem voltava para o Paraguai. Caía no Integración, que remetia direto para o Banestado de Nova York.

Esse tipo de irregularidade pôde ser detectado, afirmou, porque quando o Araucária foi liquidado pelo BC “um contador do banco abriu o jogo ao ver a Polícia Federal, com medo de ser incriminado”. Barbosa informou que a entrega de dólares em Nova York já não tem o carimbo da CC-5, mas foram identificadas 20 contas de doleiros brasileiros na agência do Banestado naquela cidade. Eram dessas contas, disse, que partiam as ordens de partilha do dinheiro remetido por Foz do Iguaçu para os 30 mil beneficiários.

– Só as nove contas no Banestado de Nova York representam movimentação de US\$ 1 bilhão – concluiu.



Márcio Kallume

ESQUEMA Renato Barbosa (D) explicou que a movimentação bancária era controlada pelos doleiros brasileiros, e não pelos paraguaios

PF identificou 29 candidatos ao Legislativo como beneficiários

A Polícia Federal identificou os nomes de 29 candidatos a cargos de deputados federais, estaduais e distritais, suplentes de senadores e senadores, nas últimas eleições, entre os beneficiários de remessas feitas por doleiros para a agência do Banestado em Nova York. Os nomes teriam sido revelados em reunião secreta da CPI do Banestado.

A identificação foi possível por meio do cruzamento das informações dos 30 mil beneficiários de remessas com as informações de bases de dados oficiais, conforme revelou o perito da Polícia Federal Renato Barbosa, no depoimento

prestado ontem à CPI.

O perito afirmou que a depuração da mesma base de beneficiários em Nova York, com dados relativos às eleições de 1994 e 1998, resultou na identificação de 124 nomes de candidatos a prefeitos e vereadores. Além disso, explicou que desenvolveu programa eletrônico simples para cruzar o cadastro de 1,5 milhão de servidores públicos federais, fornecido pela Controladoria Geral da União, com a mesma planilha de beneficiários.

Isso gerou, segundo Barbosa, uma listagem de 269 nomes “coincidentes” de servidores públicos federais que recebe-

ram recursos enviados pelas contas CC-5 abertas em Foz do Iguaçu para a agência do Banestado em Nova York.

– Existem pessoas que ocuparam cargos de relevância no governo passado – assegurou o perito, acrescentando que alguns ainda trabalham na atual administração.

Na explicação solicitada pelo senador José Jorge (PFL-PE), Renato Barbosa esclareceu que a base de 30 mil beneficiários inclui as remessas legais e ilegais que passaram pela agência do Banestado em Nova York.

– São contas de empresas *off shore* de doleiros, o que já

aponta indício de irregularidade – destacou o perito.

Servidores

Durante a audiência pública, o procurador Luiz Francisco de Souza disse que novo cruzamento com a base de dados da Receita Federal possibilitará apurar a responsabilidade desses “maus servidores”, tendo em vista os indícios de que eles não declararam tais rendimentos ao Fisco, o que é considerado crime. Para que isso aconteça, Luiz Francisco apelou para que a CPI use sua prerrogativa e estenda a quebra de sigilo dessas contas para a Receita Federal, o que agilizará as investigações.

O coordenador das investigações do Ministério Público da União sobre o envolvimento de funcionários públicos federais na evasão de divisas sugeriu que esse mesmo cruzamento feito pela perícia da PF seja adotado nas demais esferas de governo. Na avaliação dele, outros “Silveirinhas” serão identificados, em referência ao chefe dos fiscais da Receita do estado do Rio de Janeiro, Rodrigo Silveirinha, acusado de ter contas no exterior abastecidas de propinas obtidas de empresas devedoras com o Fisco estadual.

– Se a CPI fizer isso, já terá cumprido sua tarefa – afirmou.

CPI DO BANESTADO

Procurador que integra grupo de investigação do crime organizado propõe medidas para identificar beneficiários do esquema de remessa de dólares

Perito contesta declarações de Gustavo Franco

Em seu depoimento, o perito Renato Barbosa refutou, em dois momentos, informações prestadas à comissão pelo ex-presidente do Banco Central Gustavo Franco. Barbosa declarou que o Banco Araucária, já liquidado pelo BC, não possuía nenhum dossiê referente às operações CC-5 que obtiveram autorização especial do BC. Segundo o perito, Gustavo Franco informou à CPI que a regulamentação das autorizações especiais exigia que as instituições guardassem um dossiê sobre essas operações.

– Não encontramos nenhum dossiê no Araucária, nem no Banestado – afirmou ele.

Barbosa também contestou explicação de Franco de que foi preciso tempo para elaborar a representação ao Ministério Público da União, encaminhada em 1997.

MP denunciará ex-presidente do Banco Central

O procurador Luiz Francisco de Souza disse ontem que, dentro de 45 dias, o Ministério Público vai ajuizar a primeira ação contra Gustavo Franco, apontado pelo TCU como o principal responsável pela autorização para as remessas de dólares por meio de contas CC-5.

– Ficou provado que Gustavo Franco lesou o erário público, praticou atos de improbidade administrativa e foi o responsável pela evasão de divisas – afirmou Luiz Francisco.

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) protocolou junto à secretaria da CPI solicitação de envio a Nova York de promotores e agentes federais para reiniciar as investigações.

Luiz Francisco sugere cruzar dados com Receita

Procurador critica falta de fiscalização tributária e aponta caminhos para chegar ao dinheiro ilegal

Em depoimento ontem à CPI do Banestado, o procurador da República Luiz Francisco de Souza, membro do núcleo do Ministério Público que investiga a participação de autoridades públicas no crime organizado, afirmou que o país se transformou em “uma das mai-

ores lavanderias de dinheiro do mundo e um grande paraíso fiscal”, pois, além da existência de grande número de corruptos, não possui a necessária fiscalização tributária. Recursos fruto de lavagem, observou ele, continuam sendo retirados do país, com ocorreu com as contas CC-5.

Na sua opinião, o país deveria contar com 30 mil auditores fiscais, ao invés dos 7 mil existentes. E, além de em pequeno número, esses funcionários têm atuação limitada por leis e projetos de lei que procu-

ram “manietá-los” ainda mais.

Para se chegar aos beneficiários de dinheiro obtido em atividades ilegais, Luiz Francisco sugeriu, como primeiro passo, um cruzamento dos dados levantados pela equipe do delegado federal José Castilho Neto com as informações da Receita Federal.

Com esse trabalho, que pode ser feito tanto pela Receita quanto pela Controladoria Geral da República, disse o procurador, seria possível recuperar cerca de US\$ 20 bilhões aos cofres públicos.



INTERESSE Senadores e deputados lotaram a sala da CPI do Banestado para ouvir os depoimentos

Doleiros podem depor em troca de proteção

Como havia sugerido na véspera o delegado federal José Castilho Neto, Luiz Francisco de Souza defendeu a convocação, pela CPI, de seis pessoas dispostas a denunciar o esquema fraudulento, que envolve principalmente doleiros. Esses potenciais delatores, na opinião do procurador, poderiam ter suas confissões trocadas por proteção e redução da pena. A suspeita é que 80% das 137 principais contas irregulares no Banestado de Nova York sejam de doleiros brasileiros.

Luiz Francisco sugeriu ainda

que a comissão ouça o procurador-geral da República no Tribunal de Contas da União (TCU), Lucas Rocha Furtado, para quem as autorizações especiais concedidas pelo ex-presidente do BC Gustavo Franco para as contas CC-5 foram um “ato antieconômico, lesivo, que facilitou a evasão de divisas”.

– Foi criada uma grande porta de entrada e saída de moeda estrangeira sem identificação, por onde passaram entre US\$ 24 bilhões e US\$ 30 bilhões, num esquema que continuou após 1999. Há muito mais dinheiro

de maus brasileiros, de traficantes, corruptos e sonegadores movimentado nessas contas – relatou, pedindo que a CPI ouça novamente, dessa vez sob juramento, o chefe do Departamento de Câmbio do BC, José Maria Carvalho, que participou da concessão de autorizações especiais aos bancos de Foz.

O procurador prometeu revelar, na reunião secreta da CPI, nomes dos beneficiários de recursos de contas correntes no exterior que teriam evadido divisas do país, ratificando os nomes apresentados por Castilho.

Ex-diretora do BC teria sido alertada

Em resposta a indagação da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), o procurador Luiz Francisco de Souza revelou que o Ministério Público Federal arquivou “indevidamente” o inquérito instaurado para apurar a responsabilidade penal do ex-presidente do Banco Central Gustavo Franco no caso das contas CC-5. Já o perito da Polícia Federal Renato Barbosa levantou suspeitas sobre a ex-diretora de fiscalização do BC Tereza Grossi, que teria sido informada por autoridades norte-americanas, ainda em julho de 1997, sobre indícios de lavagem de dinheiro nas operações da agência do Banestado em Nova York. Ao responder sobre os rumos dos processos abertos pelo BC contra os bancos que operavam em Foz do Iguaçu e as razões para a liquidação extrajudicial do Araucária, Luiz Francisco classificou o Banco Central como “maldita caixa-preta”. Na opinião de Renato Barbosa, a liquidação teria sido motivada por falta de liquidez.

Procurador defende ação de delegado

O trabalho do delegado José Castilho Neto nas investigações sobre as contas CC-5, que vem sendo criticado por parlamentares e membros do governo, foi defendido ontem pelo procurador Luiz Francisco. Para ele, o delegado e sua equipe deveriam continuar apurando nos EUA informações sobre a lavagem de dinheiro por meio de contas bancárias. Os documentos obtidos por Castilho, disse, estão guardados em duas salas protegidas na Controladoria Geral da República.



Roosevelt Pinheiro

Tuma propõe acompanhar as investigações

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) anunciou que, ao final da CPI do Banestado, irá sugerir a criação de uma subcomissão para acompanhar o desdobramento das investigações propostas junto ao Ministério Público Federal. Passados sete anos da conclusão da CPI dos Precatórios, da qual participou, Tuma questionou, em tom de

“desabafo e amargura”, quantos suspeitos de praticar ilegalidades foram de fato denunciados ou presos.

Pelo fluxo de lavagem de dinheiro levantado, o senador pefelista acredita que seus operadores montaram uma base forte em Foz do Iguaçu. Já nas apurações feitas pela CPI dos Precatórios no Paraguai, conforme

observou, era possível desconfiar que o volume de depósitos bancários nas CC-5 era muito superior ao movimento real dos sacoleiros no comércio paraguaio. Desse modo, Tuma sugeriu à comissão mista que solicite o relatório final da CPI dos Precatórios, “onde já se pegou tudo sobre doleiro e laranja”.

CPI DO BANESTADO

Bornhausen contesta afirmação de procurador

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) apresentou ontem à CPI do Banestado certidões da Procuradoria Geral da República, negando que ele seja investigado em qualquer inquérito do Ministério Público em tramitação na Justiça, e do Banco Central, segundo o qual nenhum parente seu integra o quadro societário do Banco Araucária – apontado como uma das instituições que teriam participado do esquema de evasão de divisas do país por meio de contas CC-5.

– Faço aqui um registro da minha vida pública de 36 anos. Tenho, com correção, cumprido meu papel na defesa do meu estado e país. Fui obrigado a me defender de calúnias que foram lançadas por pessoas irresponsáveis que procuraram me denegrir.

A participação do senador foi motivada por declarações do procurador da República Luiz Francisco de Souza de que seria de propriedade da família Bornhausen o Banco Araucária. Para Bornhausen, as afirmações são irresponsáveis e desrespeitam o Parlamento. Ele pediu que o procurador se submeta a exames de sanidade mental.

– Não respeita certidões oficiais, prefere inverdades. Se nega a responder. Não honra o Ministério Público. Não tem palavra, não merece estar no Senado – disse Bornhausen so-



RESPOSTA Segundo Jorge Bornhausen, o procurador Luiz Francisco de Souza não respeita certidões oficiais e “prefere inverdades”

bre Luiz Francisco.

Conforme o procurador, o Araucária pertenceria originalmente a Paulo Konder Bornhausen, irmão do senador, e hoje estaria nas mãos de três cunhados do parlamentar. Ele questionou o motivo de o Araucária ter recebido autorização do diretor do Departamento de Câmbio do Banco Central, José Maria Carvalho, para operar com contas CC-5 acima do limite de R\$ 10 mil, o que renderia boas taxas ao banco.

Segundo o procurador, a estrutura do banco era pequena para receber permissão para movimentar mais de US\$ 5 bilhões. Luiz Francisco sugeriu a convocação de Carvalho para explicar a autorização e a requisição do processo que levou à liquidação extrajudicial do Araucária, em que haveria in-

dícios de remessas irregulares ao exterior e lavagem de dinheiro. “O senador foi denunciado por ter conta lá fora. É ele quem deve vir aqui (à CPI) sob juramento para explicar tudo isso”, disse Luiz Francisco, sob protestos do senador Heráclito Fortes (PFL-PI). Nesse momento, Bornhausen não se encontrava na reunião.

– Não aceito que (o procurador) diga que senador venha prestar depoimento sob juramento. Fica o protesto, já que o senador (Bornhausen) nem está na sala para se defender – afirmou Heráclito, que apresentou documento em que o procurador se retrataria das acusações a Bornhausen feitas em entrevista à revista eletrônica *Consultor Jurídico*. Luiz Francisco negou que tenha havido a retratação.

Documento do Banco Central inocenta senador

A certidão do Banco Central apresentada pelo senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) à CPI do Banestado atesta que o Banco Araucária não era de propriedade de sua família durante o período em que operou com as contas CC-5, de julho de 1996 a dezembro de 1999. O documento é assinado por Luiz do Couto Neto, chefe da assessoria parlamentar do BC. Nele constam os nomes de todos os acionistas e administradores do Araucária durante o período, incluindo as alterações registradas até a liquidação do banco. A certidão foi obtida pelo senador no início deste mês.

De acordo com a documentação, o Araucária foi autorizado,

àquela época, pelo Banco Central a receber depósitos acima de R\$ 10 mil, desde que fossem provenientes de Ciudad del Este, no Paraguai. A autorização foi cancelada em dezembro de 1999.

Bornhausen também apresentou mais uma vez certidão emitida pelo então procurador-geral da República, Gerardo Brindeiro, na qual é declarado que não foram encontrados indícios de irregularidades que justificassem instauração de inquérito ou investigação penal contra o parlamentar. O documento foi assinado em setembro do ano passado. A referência da certidão é o conteúdo de matéria publicada pela revista *Época* em junho de 2002 sobre transfe-

rências irregulares por meio de contas CC-5.

Em 26 de junho deste ano, Bornhausen compareceu à CPI para apresentar uma série de documentos, certidões e ofícios – num total de oito textos –, todos entregues aos integrantes da comissão, em que é negado qualquer registro em seu nome de remessa ou recebimento de valores por meio de contas CC-5.

Os documentos oferecidos pelo senador são ofícios do Banco do Brasil e do Banco Central, expedientes do Banco Araucária e do Banestado e certidão da Diretoria de Assuntos Internacionais do Banco Central, além da certidão da Procuradoria Geral da República.

Paim recebe pedido de trabalhadores da indústria

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), recebeu ontem o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), José Calixto Ramos. Acompanhado de representantes sindicais, Calixto pediu que a instituição seja ouvida no debate sobre mudanças na legislação trabalhista. Paim prometeu mediar a discussão quando ela chegar ao Senado.

O presidente da CNTI entregou documento com a manifestação de 288 federações de trabalhadores, além de 14 confederações, que criaram o Fórum Sindical dos Trabalhadores para discutir as mudanças na legislação. Entre outras teses, as entidades defendem o regime de unicidade sindical com o custeio propiciado pela contribuição compulsória.

– Eu pretendo mediar essa discussão e não me é simpática a idéia de mexer no artigo 8º da Constituição, que garante ser livre a associação profissional ou sindical no país – disse o senador. Paim ressaltou que

uma leitura atenta desse artigo revela que ali está garantida a pluralidade e a unicidade sindical. Ele esclareceu que, desde que não seja criado mais de um sindicato por município, podem ser criados quantos se quiser no país, o que atende à média do pensamento do movimento sindical brasileiro.

José Calixto Ramos pediu que não sejam aprovadas mudanças que mutilem o conjunto do movimento sindical. Paim afirmou que é forte sua ligação com organizações trabalhistas.

– Desse movimento surgiram centenas de vereadores, centenas de deputados estaduais, prefeitos, alguns governadores e quase 100 deputados federais e seis senadores, inclusive eu, que fui um dos fundadores da Central Única dos Trabalhadores. O próprio presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, é filho do movimento sindical – lembrou.

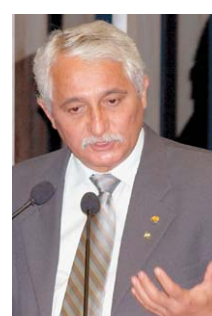
A deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) também estava presente no encontro dos trabalhadores com Paim.



REIVINDICAÇÃO Paim reuniu-se com sindicalistas que querem participar dos debates sobre mudanças na legislação trabalhista

Augusto Botelho registra os 50 anos do Ministério da Saúde

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) registrou ontem em Plenário a passagem dos 50 anos de criação do Ministério da Saúde. Ele ressaltou que, embora a história da saúde pública brasileira remonte ao século 19, a pasta só foi instituído em 25 de julho de 1953, quando o presidente Getúlio Vargas



Augusto lembrou que pasta foi criada por Vargas

desdobrou o então Ministério da Educação e Saúde.

Augusto Botelho lembrou os feitos do ministério, sublinhando sua responsabilidade e im-

portância social. Para o senador, ao gerir o Sistema Único de Saúde (SUS), o ministério presta grande contribuição ao país.

O senador mencionou os principais programas administrados atualmente pelo ministério, como o Saúde da Família, o combate à dengue, o controle da Aids e a assistência à saúde mental. Augusto Botelho elogiou também a participação do ministério no programa Fome Zero.

Hélio Costa destaca adesão de empresa ao Primeiro Emprego

O anúncio da oferta de 500 vagas para o programa Primeiro Emprego, pelo Grupo Algar, na cidade mineira de Uberlândia, foi destacado em Plenário pelo senador Hélio Costa (PMDB-MG).

Formado por 12 empresas que atuam nas áreas de telecomunicações, alimentos agrícolas, serviços e entretenimento, o grupo, se-

gundo o senador, contratará, nos próximos meses, 1.500 empregados. Um terço dessas vagas será oferecido a jovens sem experiência, independentemente de a empresa receber ou não os benefícios fiscais do programa lançado recentemente pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

– No Brasil, as empresas exigem

que os jovens tenham experiência. Mas como eles conseguirão essa experiência se não têm a oportunidade do primeiro emprego? O Grupo Algar está dando exemplo de como o país deve fazer para a instituição do primeiro emprego, que é tão esperado e necessário para os jovens – afirmou Hélio Costa.

Outras duas instituições mineiras

sediadas em Uberlândia, informou o parlamentar, também mantêm iniciativas de apoio aos jovens. Ele registrou que a Fundação Lar de Amparo atende crianças carentes de várias cidades da região e que o Instituto Cristão de Assistência Social às Crianças prepara jovens com algum conhecimento profissional para ingressar no mercado de trabalho.



CHANCE Hélio Costa informa que serão abertas 500 vagas para jovens de Uberlândia



SOLUÇÃO Paim lembra meta para atendimento a 60 mil famílias este ano

Paim sugere dinheiro do FMI para o campo

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu ontem a utilização, nos assentamentos da reforma agrária, de recursos do empréstimo concedido ao país pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). O parlamentar lembrou que em agosto serão liberados US\$ 4 bilhões do crédito total de US\$ 30 bilhões concedidos ao Brasil no ano passado.

Paulo Paim explicou que esse dinheiro se destina a aumentar as reservas cambiais, mas, diante do quadro favorável na balança comercial, poderia ser utilizado para que o governo cumpra a meta de assentar 60 mil famílias neste ano. Segundo alguns jornais, informou, o governo tem dinheiro para assentar apenas 10 mil famílias em 2003.

Outra saída defendida pelo senador gaúcho foi a liberação dos recursos contingenciados no Orçamento da União – de R\$ 420 milhões destinados à reforma agrária, R\$ 300 milhões estão retidos.

Paim destacou no discurso “a sensibilidade e a seriedade” do trabalho desenvolvido pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto. Em apertes, a senadora Fátima Cleide (PT-RO) e o senador João Capiberibe (PSB-AP) também debateram a questão da reforma agrária.

Iris alerta para risco de crise nunca vista no país

■ Ela aponta a “péssima” distribuição de renda como a maior fonte dos problemas vividos pelo Brasil

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) advertiu que o Brasil pode estar diante “da gestação de uma crise social, econômica e institucional sem precedentes na história” republicana. Ela cobrou providências dos agentes públicos para contornar a onda de invasões, greves e violência que o país enfrenta.

– A tensão social já entrou na tela do radar dos investidores e analistas internacionais. No primeiro semestre, o investimento estrangeiro direto despencou 63,68%. A General Motors, instalada há 80 anos no país, tem em 2003 o pior desempenho da história e já fala em abandonar o Brasil.

Iris disse que com solidariedade, patriotismo e cooperação a sociedade poderá encontrar



Foto: Roosevelt Pinheiro

CAMINHO Iris de Araújo cobra solidariedade para o Brasil reduzir a fome e a miséria

os caminhos pacíficos para a reforma agrária e as reformas previdenciária e tributária, ao mesmo tempo em que reduzirá “a fome e a miséria”. O acirramento das tensões, observou, pode levar a resultados exatamente opostos aos pretendidos pelos sem-terra, pelos sem-teto e pelos funcionários públicos.

Ela aponta a “péssima” redis-

tribuição de riquezas como a fonte maior dos problemas do país, lembrando que os 10% mais ricos ficam com 46% da renda total no Brasil. O resultado é que existem no país 75 milhões de miseráveis e pobres em uma população de 170 milhões de habitantes.

Iris de Araújo recomendou solidariedade para com a parcela mais sofrida da população e pediu que os responsáveis pelo país adotem programas efetivos para redução das desigualdades.

A senadora lembrou que, há pouco mais de oito anos, o então governador de Goiás, Maguito Vilela, adotou um programa para crianças pobres, com o fornecimento diário de pão e leite. Cerca de 90 mil crianças chegaram a ser atendidas, sendo que 19 mil delas retornaram às salas de aula. Paralelamente, o programa criou 4 mil novos empregos.

– É a esse tipo de solidariedade a que me refiro. É com ele que reduziremos as tensões sociais – afirmou.

Senadora tem plano para solucionar moradia

A adoção de um programa habitacional capaz de praticamente zerar em quatro anos o déficit de cerca de 7 milhões de moradias no país foi apresentado ao Plenário pela senadora Iris de Araújo (PMDB-GO). O empreendimento, com a colaboração da União, estados e municípios, deve permitir a construção de 1,74 milhão de casas populares por ano. A idéia, explicou, é fixar metas para a construção de moradias levando os municípios a construir determinado número de unidades de acordo com sua capacidade.

Conforme o programa, os 500 maiores municípios brasi-

leiros construiriam cada um 100 casas por mês – ao ano, em todo o país seriam 600 mil residências. Os 500 municípios de porte médio teriam a tarefa de edificar 50 casas por mês – ao todo, 300 mil por ano. Já 3,5 mil cidades pequenas fariam 20 novas moradias por mês, totalizando 840 mil novas residências ao ano.

– Somando essas três frentes, ao ano teríamos exatas 1 milhão e 740 mil novas residências. Em quatro anos, seriam 6 milhões e 960 mil, zerando praticamente o déficit. É preciso construir em todas as localidades, para que os municípios onde a oferta aumenta não se

tornem pólos de atração dos sem-teto – acrescentou.

Ainda de acordo com a senadora, o governo federal seria responsável pelos recursos para o material de construção. Aos governos estaduais caberia a responsabilidade de oferecer infraestrutura.

O programa inclui a participação das comunidades de sem teto, que construiriam em regime de mutirão. “Tendo um terreninho e condições de construir, o povo constrói, disso ninguém duvida. Constrói de imediato para se abrigar e vai construindo a vida toda, melhorando e embelezando a casa própria.”

Ideli defende recursos para a área social

Em discurso no Plenário, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) manifestou esperança de que o acordo assinado pelo Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI) seja revisto, permitindo assim que recursos destinados a investimentos em infra-estrutura e saneamento básico estejam liberados das metas fiscais. Assim, explicou Ideli, nas contas de superávit fiscal (receitas menos despesas, excetuando-se os pagamentos de juros da dívida), esses recursos deixariam de ser considerados meramente como “gastos” e o Brasil teria, anualmente, mais R\$ 5 bilhões para atender às necessidades da população.

– O FMI reconhece erros na condução de crises cambiais em países emergentes e já sinaliza o afrouxamento das cláusulas dos acordos com o Brasil e com a Argentina, como já fez com México e Rússia.

Ideli mencionou também o encontro entre o presidente argentino, Nestor Kirchner, e o presidente norte-americano, George W. Bush. Segundo matéria publicada pela imprensa e lida pela senadora, durante o encontro, o presidente dos Estados Unidos – maior acionista do FMI – teria acenado com a possibilidade de apoiar a revisão pleiteada pelo Brasil e pela Argentina.



REVISÃO Ideli Salvatti espera mudança no acordo com FMI para viabilizar investimentos



SOBERANIA Mozarildo considera essencial que Senado investigue episódio

Mozarildo quer apurar caso do avião francês

O possível desconhecimento do comando das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) da operação de resgate da senadora colombiana Ingrid Betancourt, que teria sido tramada por agentes secretos franceses, é mais um elemento que justifica a investigação do episódio pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado. A opinião é do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), que apresentou requerimento para que sejam ouvidos o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e o embaixador da Colômbia no Brasil a respeito do ingresso no país de avião militar francês, que seria utilizado no resgate da senadora colombiana, refém das Farc há mais de um ano.

Mozarildo trouxe a Plenário comunicado atribuído ao comando da guerrilha colombiana, no qual as Farc afirmam desconhecer qualquer negociação com os franceses para a troca da refém por armas, conforme levantado por reportagem da revista *Carta Capital*. Os guerrilheiros consideram que o episódio foi obra da inteligência militar colombiana. Os governos da Colômbia e do Brasil dizem não ter sido avisados da operação francesa, mas, de acordo com a irmã de Ingrid Betancourt, o governo brasileiro sabia do episódio.

O senador disse ser fundamental que o Senado participe da apuração do episódio, que, para ele, feriu a soberania nacional brasileira.

– É preciso investigar, senão estaremos à mercê de jogadas subalternas, em que não há intenção humanitária, feita à revelia de tudo e de todos.

Eduardo: Palmas espera anúncio da nova Sudam

Senador apela a Lula para que divulgue no Tocantins a decisão de recriar órgão de desenvolvimento

Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) pediu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva a recriação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Ele sugeriu que o anúncio do retorno da superintendência fosse feito na capital tocantinense, Palmas, como forma de compensar o esquecimento do convite ao governador do estado, Marcelo Miranda, para reunião com governadores da Região Norte.

O senador se disse motivado e esperançoso quando viu o presidente da República anunciar a recriação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), lembrando que as duas entidades foram extintas no governo de Fernando Henrique Cardoso após inúmeras comprovações de desvios de recursos.

Eduardo afirmou que o mi-



COMPENSAÇÃO Para Eduardo, governo repararia esquecimento em relação ao Tocantins

nistro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, prontamente corrigiu o esquecimento do governo federal de que o estado do Tocantins faz parte da Região Norte, convocando Marcelo Miranda para a reunião com os governadores. Lembrou que o presidente Lula, “tão querido no Tocantins”, também se desculpou imediatamente com o governador.

O representante tocantinense disse esperar que o governo já tenha tudo pronto para anunciar a volta da Sudam, como fez em Fortaleza ao recriar a Sudene, ao lado do minis-

tro da Integração Nacional, Ciro Gomes. Eduardo elogiou a experiência de Ciro, prefeito de Fortaleza, governador do Ceará e por duas vezes candidato a presidente da República.

– Se o presidente deseja sinalizar para a nossa região que deseja o seu desenvolvimento, a sua integração, o desenvolvimento dos seus municípios, diminuir as desigualdades regionais, que anuncie a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – afirmou o parlamentar.

Em pronunciamento imediatamente posterior, Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) destacou que a recriação da Sudam é um compromisso de Lula. O senador informou ter participado de reuniões da bancada parlamentar do Norte com o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, nas quais foi discutida a forma de atuação da nova Sudam. Mozarildo disse que o anúncio oficial deverá ser feito em agosto, faltando definir a data e o local. Em aparte, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) também comemorou a recriação da Sudam.



PROTESTO Segundo Capiberibe, é inaceitável corte de verbas para rodovia estratégica

Capiberibe cobra recursos para a BR-156

O senador João Capiberibe (PSB-AP) criticou o corte dos recursos destinados à rodovia BR-156, anunciado pelo governo. A BR-156 é o trecho brasileiro de uma rodovia multinacional que, no futuro, integrará os países do Platô das Guianas e do Caribe.

A rodovia começa no Amapá, corta o estado de norte a sul e permitirá a ligação com Roraima e com a Venezuela. De acordo com o senador, apenas R\$ 14 milhões dos R\$ 31 milhões previstos para este ano deverão ser liberados.

– A rodovia é estratégica para a política de integração do país com seus vizinhos – afirmou Capiberibe.

Nos últimos 14 anos, apenas em 2001 houve investimento na BR-156, conforme o relato do senador. Ele disse que a falta de recursos para a obra nos últimos anos pode ter relação com a postura oposicionista do governo do estado em relação ao governo federal. Capiberibe ponderou que, com a chegada do PT ao poder, essa visão deveria mudar.

– O corte feito pelo nosso governo, em se tratando de uma estrada estratégica, é inaceitável – reclamou.

Capiberibe reuniu-se ontem com o diretor-geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), José Antonio Coutinho. O diretor do órgão ponderou que o corte foi motivado por aspectos técnicos. O senador anunciou que tentará a revisão da decisão, por intermédio do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu.

Garibaldi aponta situação de “calamidade” das prefeituras

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) afirmou que a situação das prefeituras do país chegou a uma situação “de calamidade”, por causa da “redução brutal” dos valores que recebem do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O FPM é formado por parte da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), recolhidos pela União. Já o ICMS é arrecadado pelos governos estaduais e tem parte redistribuída às prefeituras. Os dois impostos vêm sofrendo queda de arrecadação.

– Vejo nos jornais que mais de 500 prefeitos de São Paulo estão articulando uma paralisação de protesto na próxima terça-feira. Se em São Paulo estão



APELO Garibaldi pede ao governo federal sensibilidade diante da crise nos municípios

assim, o que dizer do Nordeste, onde municípios inteiros vivem exclusivamente do Fundo de Participação dos Municípios e do ICMS? – perguntou.

Garibaldi disse que, infelizmente, o problema não pode ser resolvido da noite para o dia, pois a economia do país não volta a crescer “a um estalo de dedos” dos governantes.

Ele pediu sensibilidade ao governo para amenizar a situação das prefeituras.

– Afinal, ninguém mora na União. As pessoas moram nos municípios e reivindicam as coisas aos prefeitos – assinalou.

Garibaldi informou que prefeitos de Minas Gerais estão programando uma marcha a Brasília contra a estagnação econômica.

O senador afirmou que se sentiu frustrado ao tomar conhecimento, pelos jornais de ontem, de que o relator da reforma tributária, deputado Virgílio Guimarães (PT-MG), “mudou de idéia” e desistiu de propor a cobrança do ICMS sobre petróleo e energia na origem. A cobrança continuaria sendo feita no estado de consumo, ao contrário dos outros produtos e serviços.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Eduardo Siqueira Campos, Mozarildo Cavalcanti, Augusto Botelho e pela senadora Serys Slhessarenko